



II ENCONTRO NACIONAL DE IPSS PROMOTORAS DE SAÚDE

Estudo demonstra que instituições também cuidam da saúde dos utentes



PROTOCOLOS RSI

Recomendações e propostas seguem para Governo



BRAGANÇA
Encontro Ibérico debateu Cuidados Continuados Integrados



BRAGA
Semana Social da UDIPSS junta centenas em convívio



OVAR
Orçamento participativo ajuda instituição do Furadouro

José Leirião
Membro da CNIS



O novo Fundo Social Europeu+ (período 2021-2027)

A partir do período plurianual 2021-2027 a Comissão Europeia decidiu agregar os vários Fundos de coesão e solidariedade social num só Fundo, ao qual foi dado o nome de “Fundo Social Europeu +” cujo objectivo é o de melhorar a coerência e as sinergias entre os vários instrumentos da UE, através da fusão de diversos fundos e da simplificação de certos procedimentos.

Como todos sabemos a UE necessita de uma combinação adequada de políticas económicas, sociais e de investimento para se manter competitiva na economia mundial, para assegurar emprego de qualidade, acesso a ensino e formação de qualidade para todos, e a preços competitivos, também assegurar a igualdade de acesso aos serviços de saúde, inclusão social e a participação activa dos cidadãos na sociedade.

É necessário um orçamento da UE que seja capaz de responder aos grandes desafios, tais como o desemprego dos jovens, a inadequação das qualificações, o desemprego de longa duração, o aumento da população economicamente inactiva, que não aparece na estatística de desemprego por não estar registada nos Centros de Emprego (cerca de 39% da população em idade trabalhar: 15-64 anos), um mercado de trabalho em rápida evolução e as consequências das ‘novas formas de trabalho’ para as pessoas; desafios que, se não forem adequadamente respondidos através de políticas correctamente desenhadas e se não tiverem no seu centro de acção a dignidade humana, irão provocar uma nova vaga de exclusão social dos grupos já fragilizados e com fraca ligação ao mercado de trabalho, indo aumentar significativamente o número de marginalizados, aliados a taxas de pobreza constantemente elevadas em alguns países, em Portugal temos quase 2,6 milhões de pessoas em risco de pobreza. Além disto os novos desafios resultantes da digitalização exigem abordagens inovadoras no que respeita ao financiamento da UE.

O que na realidade se está a passar é que a

Comissão propõe um corte financeiro na política de coesão na ordem dos 6% em termos reais, o que não é aceitável. O Comité Económico e Social Europeu (CESE), que representa a sociedade civil europeia, não concorda com a eliminação da % mínima actualmente fixada em 23,1% de financiamento da política de coesão ao abrigo do FSE+. Tendo em conta que o FSE+ é o principal instrumento financiador para aplicação do ‘Pilar Europeu dos Direitos Sociais’, o CESE apela para que sejam afectados 30% dos recursos totais das políticas de coesão económica, social e territorial ao FSE+ e que sejam reservados 30% dos recursos do FSE+ a medidas de inclusão social. Também o CESE recomenda que os Estados Membros devem afectar pelo menos a mesma percentagem dos seus recursos do FSE+, a aplicar em programas de apoio social geridos em regime de gestão e avaliação partilhada (incluindo representantes da sociedade civil e parceiros sociais dos investimentos nestas áreas).

O FSE+ deve ser utilizado em consonância com a Carta dos Direitos Fundamentais (CDF), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD), Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) e em observância total das normas do Código de Conduta Europeu sobre Parcerias (ECCP).

Como era esperado, algumas políticas europeias sofreram um corte devido à saída do Reino Unido da EU, como por exemplo a PAC (Política Agrícola Comum), mas não se esperava uma redução tão significativa nos Fundos de Coesão Social, quando a Europa se confronta com graves situações de pobreza, elevado desemprego, integração de migrantes, etc., esperava-se sim, o reforço desse financiamento. Certamente, não será assim que a

Comissão Europeia recupera a confiança da sociedade civil europeia.

Esperemos que Portugal que foi um dos países que defendeu o aumento dos actuais 1% para 1.3% do PIB da contribuição dos Estados Membros para o orçamento europeu, o que foi rejeitado por outros Estados Membros, principalmente do Norte da Europa, aproveite ao máximo os fundos disponíveis e coloque no centro das suas políticas o bem estar social e o acesso de todos aos recursos básicos para valorização da condição humana, protegendo os mais desfavorecidos e sejam desenhadas e acordadas com os parceiros sociais, políticas activas de emprego e de coesão que respondam às necessidades. Esperamos que as OSC (Organizações da Sociedade Civil) se preparem convenientemente para negociações que certamente serão difíceis. Penso que o sector social deve ter um papel de liderança neste aspecto.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Respostas sociais dirigidas a pessoas idosas

1. Um diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS, feito pela Universidade de Évora e coordenado pela investigadora responsável Felismina Mendes, revela que, segundo a Carta Social, no período 2000-2016, nas respostas sociais dirigidas a pessoas idosas, se observou um crescimento de 59%, das respostas sociais destinadas ao apoio à população idosa.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) constitui a resposta social com maior incremento no âmbito deste grupo-alvo, representando, em 2016, cerca de 36% do total de respostas.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) tinha 94.976 lugares de oferta e o Centro de Dia 64.705.

As principais fontes de rendimentos destas pessoas servidas pelas IPSS são:

- 82% pensão de velhice;
- 15% pensão de invalidez;
- 2% pensão de sobrevivência;
- 1% a cargo da família.

Ainda segundo o mesmo diagnóstico, 52,91% das pessoas idosas apoiadas nas IPSS têm um rendimento financeiro inferior ao salário mínimo nacional e apenas 17,51% têm um apoio financeiro superior ao mesmo salário.

2. No que se refere concretamente à população servida na resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o mesmo diagnóstico refere que, sendo mulheres 70,57% das pessoas idosas institucionalizadas, os principais motivos de internamento são:

- Problemas de saúde (69,5%);

- Motivos familiares (17,1%);
- Problemas financeiros (9,5%);
- Medo ou solidão (3,8%).

Ainda segundo o mesmo diagnóstico, a maioria das pessoas idosas tem uma ou mais doenças crónicas medicamente diagnosticadas, sendo as doenças mais prevalentes nas pessoas idosas:

- Hipertensão arterial (50%)
- Diabetes (28, 1%)
- Demência (15,6%)

O mesmo estudo refere que a incontinência é o problema de saúde com maior impacto nos percursos de saúde dos utentes em ERPI e afeta 59,46% das pessoas idosas.

Outros problemas ativos que requerem cuidados de saúde ou vigilância em ERPI são:

- Dificuldades de memória (52,25%)
- De comunicação (46,85%)
- De acuidade visual/auditiva (37,84%)

O número de medicamentos diferentes que, em média e por dia, tomam as pessoas idosas é 8,49. O número máximo de medicamentos situa-se em 18 por dia.

Apresentam algum tipo de dependência nas suas atividades de vida e necessitam de uma intervenção estruturada de cuidados:

- 96,9% das pessoas idosas
- 67,48% das pessoas necessita diariamente de ajuda para o autocuidado na alimentação.

1/3 das pessoas idosas (37,75%) tem o diagnóstico de Demência

- 37,83% necessita de ajuda total
- 30,39% necessita de ajuda parcial na locomoção.

3. Oportuno e científico, o diagnóstico é o que é. E não sendo catastrofista, espelha uma realidade com reflexos evidentes numa cooperação que é o caminho em curso e sempre em desenvolvimento:

Todas as respostas sociais das IPSS também o são na área da Saúde. As de apoio à população idosa com grande evidência.

- Já chamada à cooperação, a Saúde precisa de significativo revigoramento...

Particularmente em Estruturas Residenciais, são problemas de saúde a grande causa para a institucionalização.

- Mais do que ERPI, os Lares são ESPI (Estruturas Sociais para Pessoas Idosas).

Tanto este diagnóstico como o estudo sobre a importância económica das IPSS evidenciam que é a população mais carenciada aquela que é privilegiada pelas Instituições de Solidariedade.

- Para acautelar o colapso do sector, o estudo sobre o custo médio da frequência obrigará o Estado a assumir as suas muitas responsabilidades.

As Instituições de Solidariedade vêm das comunidades com a missão do serviço à comunidade e com o único móbil da satisfação das utentes que são pessoas das comunidades.

- As Instituições de Solidariedade reivindicam maior autonomia, nomeadamente na afetação dos seus colaboradores.



Reunião nacional resulta em lista de recomendações ao Estado

Na sequência do levantamento efetuado pelo Departamento Técnico da CNIS e da reunião nacional realizada em Fátima sobre os Protocolos RSI (Rendimento Social de Inserção), e que contou com cerca de 180 inscritos, foi elaborado um documento com as principais preocupações, propostas e recomendações que será entregue na Presidência da República, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e à Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República.

Esta foi a deliberação dos representantes das IPSS com Protocolos RSI presentes na reunião de Fátima na tentativa de que sirva de grito de alerta para a difícil situação que as instituições vivem.

Logo na abertura da sessão de trabalho, o padre Lino Maia lembrou a importância desta que é uma resposta social efetiva, que “vai para além do financiamento às pessoas, pois é igualmente um processo de inserção social”.

Para o presidente da CNIS, “as instituições, para poderem fazer um bom trabalho de inserção social, enfrentam problemas que se prendem com a previsibilidade, a estabilidade e a sustentabilidade”.

Aliás, uma das principais reivindicações das IPSS, e a que a CNIS pretende dar voz, é a de que os Protocolos passem a Acordo de Cooperação, o que faria com que aquela resposta social passasse a integrar as negociações do Compromisso de Cooperação para o Sector Solidário.

“Parece-nos que não tem havido a necessária atualização dos valores envolvidos no RSI”, sublinhou o presidente da CNIS, afirmando que é preciso “dar previsibilidade aos processos de inserção social, estabilidade às equipas que fazem este trabalho e sustentabilidade à resposta social”.

Recorde-se que os Protocolos RSI são assinados por dois anos, sem que haja qualquer garantia, agora que se fala tanto da descentralização de competências para as autarquias, da continuidade dos mesmos, o que coloca em causa muitos postos de trabalho, tal como a qualidade da intervenção.

Para além disto, as atualizações do financiamento são raras, tendo a CNIS constatado através do levantamento efetuado que o défice desta resposta é um enorme peso para as instituições.

O estudo da CNIS identificou, nas 57 IPSS que preencheram a tabela de Recursos Humanos, um défice anual de cerca de 1.200.000 euros, que é suportado pelos orçamentos das próprias instituições.

O levantamento que a CNIS realizou



sobre os Protocolos RSI teve como principais objetivos refletir o modelo utilizado, avaliar a sua execução pelas IPSS e ainda apresentar propostas intervenção sobre o modelo de funcionamento e financiamento.

Para tal, foram identificadas 110 IPSS com Protocolos RSI, tendo respondido ao questionário proposto 81 instituições (76 associadas da CNIS e cinco não associadas), registando uma taxa de resposta ao questionário de 70%.

O primeiro facto a evidenciar-se foi o de que os 81 protocolos correspondem a 100 Equipas de RSI, num total de 602 trabalhadores.

Esta centena de equipas acompanha 18.687 agregados familiares (46.865 beneficiários) protocolados ao que acresce o número de 3.589 agregados (5.792 beneficiários) não protocolados, ou seja, na realidade as 100 equipas RSI acompanham 22.276

Distrito	Associadas da CNIS identificadas	Respostas ao Questionário	Respostas à tabela RH
Aveiro	1	0	0
Beja	3	2	0
Braga	3	3	2
Bragança	2	2	2
Coimbra	2	1	0
Évora	1	0	0
Faro	3	2	2
Guarda	3	1	0
Lisboa	12	11	5
Porto	39	30	26
Santarém	12	5	4
Setúbal	11	10	8
Viana do Castelo	5	5	2
Vila Real	3	3	2
Viseu	10	6	4
Totais	110	81	57

agregados familiares (52.657 beneficiários), o que dá uma média de 223 agregados (527 beneficiários) por equipa.

Por outro lado, 57 instituições enviaram a tabela de Recursos Humanos (53 associadas da CNIS e quatro não associadas), o que representa uma taxa de resposta de 74%.

Dos dados recolhidos destacam-se como principais preocupações das instituições face ao atual modelo de financiamento os encargos com os recursos humanos e com o funcionamento da resposta, os vínculos contratuais do pessoal afeto ao Protocolo, a continuidade do próprio Protocolo e a sua natureza/modelo, tal como o período de vigência.

Mas as IPSS têm ainda um outro conjunto de preocupações que agora a CNIS consegue identificar de forma mais definida. É o caso do atraso na renovação dos Protocolos, da versatilidade e constituição das equipas, do elevado número de agregados familiares acompanhados, do cenário que surge no horizonte da descentralização de competências para as autarquias e ainda do alargamento do âmbito geográfico.

Na reunião promovida pela CNIS e que decorreu em Fátima, estas inquietações e outras mereceram a atenção e a participação de muitos dos presentes, oriundos de todo o território nacional.

As instituições estão preocupadas e, tal como foi afirmado por Henrique Rodrigues, assessor da CNIS, a Confederação “pretende que a resposta se mantenha nas instituições”, mas já não faz sentido manter-se com a natureza de Protocolo, “cujo caráter é experimental e 13 anos já são anos suficientes para uma experiência”.

Do muito e, por vezes, intenso debate que



se seguiu à apresentação dos dados do questionário realizado, ficou decidido elaborar um documento com as recomendações da CNIS, em nome das instituições, para que se atenuem as preocupações e resolvam os constrangimentos das IPSS com Protocolo RSI [ver texto ao lado].

A reunião de Fátima contou com a presença de Carla Pereira, da União das Misericórdias Portuguesas, que afirmou a sua concordância com as inquietações ali expressadas e sublinhou que “a falta de equidade é uma grande preocupação”, tal

como “saber o que é que o Governo quer”.

Nota para o facto de a organização, a cargo da CNIS e ainda da Associação das Escolas de Torne e Prado (Porto), do Centro Social da Paróquia de Grijó (Porto), da Casa do Povo de Abraveses (Viseu) e do Centro Social Quinta do Anjo (Setúbal), ter convidado o ISS (Instituto da Segurança Social), que não respondeu ao convite, e a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), que justificou a ausência.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Propostas da CNIS enviadas à Presidência da República, Governo e Assembleia da República

Assumindo “o compromisso de incentivar e aprofundar o diálogo e a cooperação interinstitucional, como reforço de partilha e de empoderamento”, as instituições com Protocolo RSI elencam um conjunto de propostas que agora fazem chegar ao Presidente da República, ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e à Comissão de Trabalho e Segurança Social.

A saber: Estabelecer um ratio entre o n.º de agregados familiares/equipa, tendo em consideração a complexidade das situações, sua distribuição geográfica, características específicas das comunidades e a necessidade de tempo para que os gestores dos processos possam, de facto, cumprir os objetivos do programa de inserção; Proceder às alterações devidas ao n.º 1 do art.º 37º do Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de julho, nomeadamente tendo em vista a transformação dos Protocolos em Acordos de Cooperação, que devem integrar as negociações anuais no âmbito do Compromisso de Cooperação; Atualização anual dos valores protocolados para o pagamento das equipas, de acordo com a Contratação Coletiva de Trabalho e demais legislação aplicável;

4 - Previsão de acréscimo financeiro mensal para suportar os potenciais encargos com a cessação dos contratos de trabalho com os trabalhadores para as correspondentes indemnizações; Identificar,

no momento de avaliação com o respetivo CDSS – Centro Distrital de Segurança Social, os valores assumidos pelas Instituições relativos aos custos de execução dos Protocolos não cobertos pelo financiamento, de forma a ultrapassar um constrangimento que pode colocar em causa a sua sustentabilidade; Atualização dos montantes relativos aos encargos de funcionamento, tendo em consideração alguns fatores, designadamente a área geográfica em que o protocolo se desenvolve e a inflação anual registada; No âmbito do processo de descentralização de competências para as autarquias locais criar uma Comissão de Acompanhamento integrada pela CNIS e pelas outras entidades representativas do setor social e solidário.

Por outro lado, “as IPSS com protocolo RSI manifestam a sua disponibilidade e o seu compromisso para fazerem parte, com solidariedade, profissionalismo e proximidade, da concretização do programa do RSI, garantindo a intervenção junto das famílias na criação de condições de autonomia, através do acompanhamento efetivo e contínuo, que não querem ser forçadas a quebrar, por insustentabilidade financeira, pois tal deixaria as famílias ainda mais em situação de vulnerabilidade e sem o apoio técnico imprescindível para a sua autonomização social e profissional”.

Deputados ouviram queixas e propostas do Sector Social Solidário

A Audição Pública «Potencial Humano e Desenvolvimento Pessoal» levou até à Covilhã os representantes do Sector Social Solidário e os deputados da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030» para discutirem o próximo quadro financeiro plurianual. CNIS, Misericórdias e Mutualidades apresentaram queixas e fizeram propostas, muitas baseadas na experiência do PT 2020, esperançados que as coisas sejam diferentes no futuro.

O propósito dos deputados nesta Audição Pública «Potencial Humano e Desenvolvimento Pessoal», promovida pela Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030», que decorreu na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, era ouvir os representantes do Sector Social Solidário acerca do próximo quadro comunitário de apoio, o denominado Portugal 2030 (PT 2030), e a forma como encaram a execução do que está em vigor (PT 2020).

Na reunião de trabalho estiveram a CNIS (representada pelo padre Lino Maia), as uniões das Misericórdias (Francisco Araújo) e das Mutualidades (Luís Alberto Silva) e ainda os institutos politécnicos da Guarda (Constantino Rei) e de Castelo Branco (António Fernandes).

Pela CNIS, o padre Lino Maia, depois de fazer uma breve introdução sobre o vasto e importante contributo das instituições sociais para o desenvolvimento local, lembrou que “as IPSS assumem-se como um elemento fulcral na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos territórios onde estão inseridas, contribuindo de forma sustentada para a correção dos desequilíbrios socioeconómicos”.

A este propósito, e baseando-se no recente estudo sobre a «Importância Económica e Social das IPSS» que concluiu que em cada quatro freguesias em três há uma IPSS (75%), o presidente da CNIS sublinhou: “A alteração administrativa do mapa do País – processo de fusão de freguesias – reforçou este papel das instituições, que deixaram de ter concorrência, na esfera da organização pública, nessa aproximação aos cidadãos”.

Ainda assim, é necessário incrementar a “comunicação, parceria e inter-institucionalidade”, que, para o padre Lino Maia, “são palavras-chave no desenho conjunto de estratégias integradas de desenvolvimento local que tenham por base as reais necessidades do território e que respondam eficaz e sustentadamente a uma estratégia mais global de desenvolvimento regional, inter-regional e nacional”.

Pela Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030» estiveram presentes na Audição Pública dos representantes do Sector Social Solidário os



deputados Fernando Rocha Andrade, Hortense Martins e João Paulo Correia (presidente da Comissão Eventual PT2030), pelo PS, Emília Cerqueira e António Costa Silva, pelo PSD, Ernesto Ferraz e Heitor de Sousa, pelo BE, Diana Ferreira, pelo PCP, e Patrícia Fonseca, pelo CDS-PP.

Os deputados aproveitaram a ocasião para questionar os representantes do Sector Social Solidário, procurando saber como foi com o Portugal 2020 e que propostas têm a fazer para o próximo quadro financeiro.

Rocha Andrade destacou três temas e perguntou: “Que recomendação podem dar para o desenho dos fundos?”.

Os temas que o deputado socialista sublinhou foram a “burocracia, seja a quantidade de informação exigida, seja o tempo de tramitação que resulta em atraso no reembolso”; “o modelo de gestão dos fundos” – “Apoio que os fundos de base territorial devem estar na região em causa” –; e a importância do Sector Social Solidário.

“Os fundos não devem financiar a gestão corrente, portanto, quais são as áreas de atividade social que devem ser prioritárias para a capacitação das instituições no combate aos problemas do país?”, questionou Rocha Andrade.

Pelo Bloco de Esquerda, Heitor de Sousa, considerou “uma crítica justa”, a que os representantes do Terceiro Sector fizeram, “à aplicação do atual quadro comunitário de apoio”, apontando ainda o dedo à “burocracia”, aos “atrasos” e à “avaliação de projetos”.

Por fim, o parlamentar bloquista enfatizou a necessidade “de uma quantificação” para a criação do modelo de governação: “Precisamos de dados mais concretos sobre a eficácia do PT 2020 para perspetivar o PT 2030”.

Diana Ferreira, do PCP, destacou os problemas com as “taxas de execução” do PT 2020 e quis saber “quais as prioridades” para o Sector Social Solidário para o novo quadro financeiro.

Já pelo PSD, Emília Cerqueira, que estava a moderar

o debate, questionou: “Qual a vantagem, que ganhos de eficiência se teria com a descentralização?”.

Enfatizando o desequilíbrio de que o país sofre em favor do litoral, o presidente da CNIS defendeu “um Programa Operacional para o interior”, “um programa para os territórios de baixa densidade populacional, que aposte nos serviços de proximidade em que as IPSS são atores centrais”.

Já Francisco Araújo, da União das Misericórdias Portuguesas, sustentou que “o planeamento é fundamental” e frisou que “o modelo de governação tem que ser trabalhado para a decisão não ficar nas mãos dos tecnocratas”, elencando, de seguida, os principais desafios que aponta a Portugal na definição da estratégia para o próximo quadro comunitário de apoio.

Destacando “a importância de o Portugal 2030 vir a manter a mesma dimensão financeira e elegibilidade de determinadas tipologias de operações para as políticas de coesão da União Europeia”, o dirigente das Misericórdias advogou que Portugal tem que defender a alteração ao Regulamento FEDER, para que haja “limites ao peso do investimento FEDER em domínios chave para a coesão territorial e social nas regiões mais desfavorecidas”.

Depois lembrou que “um dos desafios prioritários da Estratégia Portugal 2030 deve centrar-se na prioridade «Europa + Social» no apoio às instituições dinamizadoras das políticas sociais, como as Misericórdias, as IPSS e as Mutualidades” e defendeu “a continuação das atuais NUTS II”, como modelo territorial de aplicação das políticas de coesão em Portugal.

Sobre o modelo de governação, tal como já foi referido, sustentou a necessidade de “evitar repetir a tradicional abordagem do Estado centralista”, sublinhando a importância das “especificidades económicas, sociais e territoriais de cada região”.

Por fim, considerou ser essencial a realização de “um balanço detalhado da aplicação do Portugal 2020” e ainda que o processo de construção do Portugal 2030 tenha “verdadeiras estratégias de base regional”.

Por seu turno, Luís Alberto Silva, da União das Mutualidades Portuguesas, afirmou que o quadro financeiro do Portugal 2030 deve espelhar “um maior equilíbrio entre as verbas destinadas a financiar os sectores privado (lucrativo) e público e aquelas destinadas ao sector da Economia Social”.

Advogando que o novo quadro financeiro plurianual deverá prever financiamento destinado à requalificação das infraestruturas das instituições de modo a permitir a especialização, diversificação ou ampliação das áreas em que operam.

O líder das Mutualidades considerou ainda que deverão ser contempladas medidas de incentivo à empregabilidade, específicas para o universo da Economia Social Solidária, lembrando “o potencial de recrutamento das instituições, onde o fator humano não pode ser substituído por maquinaria”.

Luís Alberto Silva chamou ainda a atenção para a necessidade de o novo quadro financeiro acautelar verbas para financiar projetos que

aproximem as instituições de ensino superior das entidades da Economia Social Solidária e de diversificar linhas de financiamento e alargar elegibilidades, quer em matéria de ações e atividades, quer “em tipologias de beneficiários, para permitir que as instituições sociais se ajustem e respondam, de modo mais flexível e ágil, às necessidades pontuais dos territórios que servem”.

A assistir à sessão esteve Patrícia Monteiro,



da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN Portugal), entidade que há muito acompanha a aplicação dos Fundos Estruturais em Portugal, tendo como particular enfoque a sua aplicação nos domínios da pobreza e exclusão social e a forma como as entidades do Terceiro Sector acedem a estes mesmos fundos. Sobre a implementação dos Fundos Estruturais 2014-2020, a EAPN Portugal fez uma análise detalhada e, na sessão da Covilhã, deixou algumas recomendações para o próximo período de programação, com destaque: “Passagem do modelo de governação tradicional de cima para baixo, para um modelo de governação participado, horizontal, baseado em relações de confiança, diálogo e envolvimento de diferentes atores; envolvimento das estruturas económicas e sociais da zona onde se irá desenvolver o projeto, tais como poder local, instituições de carácter social,

comércio e indústria, elementos atuantes ou pelo menos não desmotivadores, contribuindo desta forma para a promoção do trabalho de parceria e de Rede; apoio social individualizado, adequação da resposta a cada situação concreta; envolvimento da sociedade civil e da comunidade em particular; utilização de todo o equipamento social existente e articulação com entidades públicas e privadas; a Europa deve reconhecer a sociedade civil como parceira integral nos processos de financiamento da UE; garantir os 30% de financiamento da UE ao programa de combate à pobreza e à exclusão social, destinados prioritariamente à inclusão ativa das pessoas mais vulneráveis; simplificação do processo de apresentação e submissão de candidaturas”; entre muitas outras.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PRÊMIO BPI SENIORES 2018

Projeto da Unitate vence e arrecada cerca de 50 mil euros

A Unitate, IPSS de Évora que desenvolve uma abordagem inovadora à Economia Social, promovendo o intercâmbio de conhecimento técnico e a solidariedade institucional, com o objetivo de apoiar e capacitar outras instituições sociais, foi a grande vencedora da 6ª edição do Prémio BPI Seniores, recebendo o valor de 49.925 euros.

O projeto da instituição de Vila Viçosa, criada e presidida por Tiago Abalroado, destina-se a idosos dos concelhos de Vila Viçosa e Alandroal, território muito envelhecido e sem oferta de respostas adequadas, e consiste em remodelar a escola antiga para atuar como centro de dia e criar uma oferta de apoio domiciliário.

Para além disso, a Unitate vai promover ateliers e dinâmicas intergeracionais e disponibilizar um gabinete de atendimento e acompanhamento personalizado.

A edição 2018 do Prémio BPI Seniores recebeu 412 candidaturas, tendo distribuído 750 mil euros a 33 projetos para melhorar a vida das pessoas mais velhas em Portugal.

Para além da Unitate - Associação de Desenvolvimento da Economia Social, foram distinguidos projetos da Santa Casa da Misericórdia de Borba; Centro Social Paroquial de S. Salvador; Santa Casa da Misericórdia de Alijó; Santa Casa de Misericórdia de Celorico da Beira; Cáritas Diocesana de Coimbra; Fundação Betânia - Centro Apostólico de Acolhimento e Formação; Fundação AFID



Diferença; Centro Social Paroquial de Nossa Senhora do Livramento; Associação para o Desenvolvimento de Lagares; Centro Social dos Montes Altos; Centro Social Paroquial do Campo Grande; Associação Cuidadores; Casa do Povo de Santo António; ACASO - Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão; ABLA - Associação de Beneficência Luso-Alemã; Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense; Centro Social Paroquial do Milharado; Associação Geolobo; Aldeia d'Além - Associação Cultural e Recreativa; Progresso XXI - Associação de Solidariedade Social Cultural e Recreativa de Vila Boa;

Centro Humanitário da CVP de Macieira de Rates; CCD Desportalegre; Passo Positivo; Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras; FIT Salvador; Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas; Centro Social e Paroquial de São Miguel de Lobrigos; CASTIIS - Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo; Centro de Convívio dos Reformados e Idosos da Baixa da Banheira; Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa; Centro de Apoio a Idosos da Freguesia de Rio de Moinhos; e Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Olivais Sul.

UDIPSS BRAGA

Semana Social voltou a reunir centenas de pessoas em megaconvívio

A UDIPSS Braga realizou a terceira edição da Semana Social, desta feita em Barcelos e uma vez mais promovendo debates sobre temas de interesse para as instituições e, claro, um megaconvívio para utentes, colaboradores e dirigentes.

A iniciativa mais festiva reuniu centenas de pessoas no Parque da Cidade de Barcelos, onde a música, a diversão, a dança e a gastronomia foram protagonistas e animaram miúdos e graúdos de inúmeras IPSS do distrito minhoto.

Mas a Semana Social da UDIPSS Braga não é apenas festa. Dois seminários sobre temas de grande interesse para as instituições tiveram lugar no Auditório do Município de Barcelos e reuniram muitos dirigentes e técnicos.

«Saúde mental, doença neurodegenerativa e Alzheimer» foi o tema do primeiro seminário da Semana Social 2018.

«A área da saúde mental é uma aposta que todas as instituições têm que fazer. É um desafio muito grande, porque os recursos são

exigentes e não estão disponíveis», lembrou João Dias, presidente-adjunto da CNIS, na sessão de abertura, sublinhando: «É essencial apostar na capacitação e na capacidade de ter recursos suficientes para fazer um trabalho válido. E este desafio não é só das IPSS, mas de todo o país, com respeito pela dignidade e direitos das pessoas que sofrem desta realidade».

Por seu turno, António Leuschner, presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental, sustentou que «o combate ao idadismo é um desafio que tem que ser enfrentado e requer vontade política», porque «os velhos são considerados um fardo» e «o isolamento é um dos grandes inimigos da saúde mental».

António Leuschner defendeu ainda, a propósito da institucionalização das pessoas, «nem todo o poder aos lares nem nenhum poder aos lares», para mais à frente Ana Paula Macedo frisar que «os cuidados na comunidade são preteridos em relação aos institucionais».

A presidente da Escola de Enfermagem da



Universidade do Minho reforçou a ideia de que «a doença mental é uma carga para quem cuida», sublinhando ser «importante a conferência familiar para prestar apoio e partilhar conhecimento».

O segundo seminário versou a «Aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados», tendo juntado muitas dezenas de dirigentes e técnicos.

I CONGRESSO IBÉRICO EM CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS, BRAGANÇA

Abrir uma UCCI para robustecimento financeiro é mau negócio para as IPSS

“Se uma empresa privada ou uma IPSS me pergunta se recomendo ou não a abertura de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), eu normalmente digo: não!”.

Jose Ignacio Martín, docente e investigador da Universidade de

Aveiro na área da gerontologia e com muito trabalho científico publicado, afirma-o sem peias, de forma crua e frontal.

A verdade é que muitas IPSS decidiram enveredar por tal caminho e as coisas não têm saído a todas como o esperavam. Para tal basta recordar as intervenções e os lamentos face às dificuldades de sustentabilidade da resposta por parte dos representantes das instituições, de há pouco mais de um ano (24 de julho de 2017), no encontro que a CNIS promoveu para as associadas a fim de debaterem a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Logo aí ficaram evidentes alguns problemas que afetam transversalmente as instituições.

Para Jose Ignacio Martín, coautor do livro «Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social» (2014), a abertura de uma UCCI “vai pôr em causa a missão da instituição”.

Aí coloca-se outra questão: “Está a instituição disponível para mudar a sua missão?”.

“Agora, se a instituição apenas quer a UCCI para robustecer os raios financeiros, a minha recomendação é para não abrir. Para ganhar dinheiro há outros mecanismos, também legítimos”, sustenta o investigador, acrescentando: “E digo o mesmo aos privados, salvo se eles conseguirem estar associados a um lar de idosos, porque assim criam sinergias, tanto financeiras como de recursos humanos”.

Jose Ignacio Martín falava no I Congresso Ibérico em Cuidados Continuados Integrados, iniciativa integrada na Semana da Saúde, que a Santa Casa da Misericórdia de Bragança promoveu no âmbito das comemorações do seu 500º aniversário, e que levou até ao Auditório Paulo Quintela, em Bragança, o Coordenador Nacional da Reforma da RNCCI, Manuel José Lopes, entre outras personalidades de destaque na matéria dos Cuidados Continuados Integrados.

Para o docente da academia aveirense, a resposta passa por uma forte aposta de toda a sociedade no sentido de “reduzir o número de pessoas que no futuro vão precisar deste tipo de serviços”, ao mesmo tempo que defende a necessidade de “colocar a família como cuidador ativo”.

Já o Coordenador Nacional da Reforma da RNCCI havia, anteriormente, sublinhado a importância de “inverter a tendência da institucionalização e apostar no domicílio”, até porque os resultados têm sido evidentes.

Manuel José Lopes lembrou que “não há correlação entre envelhecimento e gastos em



saúde”, pelo que o que se afigura “não é um problema, é um desafio”, frisando que “um bom envelhecimento depende de um bom ambiente sociofamiliar”.

Para tal, novas estratégias precisam-se e, Manuel José Lopes, começa por indicar o “cuidar em casa, que é mais barato e mais eficiente”, lembrando a questão do Estatuto do Cuidador Informal, algo “decisivo” para se avançar.

Para além disto, o responsável pela Reforma da RNCCI considera necessário “implementar a continuidade dos cuidados e integrá-los, e não fazer como agora que não comunicação entre as diferentes fases do processo”, defendendo “um sistema de pagamento dinâmico”, no que toca ao financiamento, que “é complexo” e “muito baixo”.

Também Jose Ignacio Martín, que lembrou que “enquanto nas IPSS olham para pessoas”, ele no seu gabinete olha “para números” e estes não são nada animadores, segundo demonstrou com alguns gráficos.

O também espanhol Ramón Martínez Riera começou por dizer que “é preciso incorporar a promoção da saúde” na ação das instituições e da sociedade em geral, acusando a “cultura hospital-centrista” de “obstáculo à coordenação”.

Sublinhando a importância da “continuidade dos cuidados”, o docente da Universidade de Alicante e presidente da Asociación de Enfermería Comunitaria do país vizinho sustentou que “é preciso olhar à pessoa e deve-se integrar nos cuidados o doente e o cuidador informal ou familiar”, realçando que “estes devem ser protagonistas e não recetáculos de



informação e de ações”.

A jornada de trabalho levou ao Auditório Paulo Quintela diversos oradores, entre os quais Susete Abrunhosa, diretora-técnica da UCCI da SCMB, que abordou a temática da «Qualidade e boas práticas», baseando-se na experiência da unidade brigantina, ou ainda o psicólogo Quintino Aires, que colocou a ênfase da sua alocução na necessidade de se “dar mais vida aos anos e não tanto dar anos à vida”.

O I Congresso Ibérico em Cuidados Continuados Integrados terminou com um painel mais filosófico, em que «Os valores da vida nos Cuidados» foi o ponto de partida do debate e que teve como intervenientes o bispo de Bragança-Miranda, D. José Cordeiro, e o médico José Pinto da Costa, entre outros.

CONTRATAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CNIS acorda alteração salarial com FNE e FEPCES

A CNIS chegou a acordo com duas frentes sindicais quanto à alteração salarial para 2018, tendo os textos que regulam essa alteração sido já publicados no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE).

O acordo foi alcançado com a FEPCES – Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (para revisão do CCT publicado no BTE, nº 39, de 22 de outubro de 2017) e com a FNE – Federação Nacional da Educação (para revisão do CCT publicado no BTE, nº 25, de 8 de julho de 2016, alterado pelo acordo publicado no BTE, nº 36, de 29 de setembro de 2017).

Os valores inscritos na tabela ao lado são devidos a partir de 1 de julho de 2018, apesar de uma inexplicável gralha no BTE nº 35, que refere que as novas remunerações são devidas a partir de 1 de janeiro de 2018.

Nesse sentido, a CNIS, que “não encontra explicações para a referida gralha de

publicação”, já informou que a FEPCES solicitou aos Serviços competentes do Ministério do Trabalho a respetiva retificação”, alertando ainda que as instituições devem atuar de acordo com as indicações emanadas pelos serviços da Rua da Reboleira.

Recorde-se que o critério que presidiu às alterações acordadas “consistiu na manutenção da diferenciação salarial pré-existente entre os níveis XIII e XVIII da Tabela A, sendo certo que os níveis XIV a XVIII da mesma Tabela A tinham ficado indiferenciados, isto é, com o mesmo valor, por força da atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida para o ano de 2018; por uma atualização do Nível XII, que reduziu para 10 euros a diferença relativamente ao

Nível XIII; e, finalmente, pela aplicação de uma percentagem de 0,8%, com arredondamento, na atualização para os Níveis I a XI da Tabela A.

Anexo V
Tabela de retribuições mínimas
(de 1 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018)

Tabela A

Nível	RM
1	1.201,00 €
2	1.120,00 €
3	1.055,00 €
4	1.007,00 €
5	956,00 €
6	907,00 €
7	857,00 €
8	809,00 €
9	761,00 €
10	712,00 €
11	663,00 €
12	626,00 €
13	612,00 €
14	602,00 €
15	592,00 €
16	588,00 €
17	584,00 €
18	580,00 €



+ DE 3000
CLIENTES
NO SETOR
SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA O SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

FORMAÇÃO CERTIFICADA

PROCESSO INTEGRADO UTENTE

IMOBILIZADO	SÓCIOS	UTENTES	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	INTERNAMENTO
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	BLOCO OPERATÓRIO

ÁREA DA SAÚDE

APOSTA NO SETOR DA SAÚDE



Solução única no mercado, que junta smartphones com lentes de magnificação e que vai poder ser utilizada por médicos e outros profissionais de saúde na deteção e tratamento precoce de doenças emergentes.




F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda





II ENCONTRO NACIONAL DE IPSS PROMOTORAS DE SAÚDE

Estudo comprova que as instituições tratam a doença e promovem a saúde

No final do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde, a conclusão geral foi bastante positiva, pois foi considerado que “as instituições estão no caminho certo” para continuar a tratar a doença e a promover a saúde em todas as respostas sociais, da infância à terceira idade, da deficiência aos cuidados continuados. Mas a estrela da jornada de trabalho, que decorreu em Fátima, foi o «Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS», elaborado pela Universidade de Évora a pedido da CNIS e apresentado por Felismina Mendes, coordenadora do estudo. Os dados recolhidos através de 823 questionários permitem agora à CNIS ter um retrato muito completo do trabalho que as IPSS associadas fazem nas diferentes respostas sociais na área da saúde, constituindo um instrumento essencial para futuras negociações com Estado e demais parceiros.

“Todas as IPSS são promotoras de saúde” foi a primeira grande conclusão do I Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde, que em setembro de 2016 decorreu em Coimbra, pois ficou evidente, nas alocuções e debate, que “as IPSS atuam na prevenção da doença, na promoção da saúde e na prestação de cuidados”.

Estas conclusões motivaram a CNIS a produzir o estudo «Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS», realizado na Universidade de Évora, sob a coordenação de Felismina Mendes, que o apresentou em Fátima, no decorrer do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde, no passado dia 28 de setembro.

Para a coordenadora do estudo, o mais relevante na elaboração do mesmo é “a CNIS e as IPSS suas associadas terem acesso a um mapeamento das condições de saúde, dependência e incapacidade das pessoas que acolhem e dos processos de saúde em cada instituição”.

E Felismina Mendes destaca ainda que “foi igualmente importante verificar que, apesar de se tratarem de respostas de cariz eminentemente social, dão resposta efetiva às mais diversas necessidades de saúde e, em termos de processo, têm instituídas algumas boas práticas que são de saudar”.

Para além disso, “o facto de ser a primeira abordagem do género a ser feita em Portugal neste sector é também um aspeto a realçar”, sustentou, acrescentando: “O Sector Social e Solidário (e a população que acolhe) só tem a ganhar com estudos que permitam a caracterização das questões de saúde com que é confrontado e a que tem que dar resposta,



sempre no sentido de satisfazer com qualidade as necessidades e expectativas das pessoas e respetivas famílias”.

Por isso, sublinhando o que disse durante a apresentação, de que “o estudo é um primeiro passo”, a investigadora da Universidade Évora considera que “os desenvolvimentos seguintes deveriam centrar-se nas respostas sociais e equipamentos com acolhimento temporário e permanente de pessoas idosas e pessoas com deficiência (ERPI e Lar Residencial), porque é aí que

se encontram as pessoas que apresentam maiores problemas de saúde, seja em termos de dependência e incapacidade, seja de necessidade de cuidados estruturados de saúde”.

Para tal basta lembrar que segundo o estudo entre os principais motivos de internamento em ERPI estão os “problemas de saúde”, bem destacado com uma taxa de 69,5%, num universo de 32 IPSS que responderam ao questionário de caracterização geral, envolvendo um total de 1395 pessoas idosas.



Os resultados obtidos pela equipa de Felismina Mendes deixam a CNIS bastante satisfeita, pois esta passa a dispor de um instrumento muito útil em sede de negociação.

“Neste momento temos dados concretos sobre o que se passa em termos de saúde dentro das instituições e, para além disso, também uma análise crítica dos resultados e ainda propostas”, referiu Maria João Quintela, da Direção da CNIS, acrescentando: “Neste momento, o sector das IPSS ficou mais robustecido na capacidade de diálogo com os parceiros, quer do Terceiro Sector quer do Estado e outros. E não abdicamos do nosso propósito continuado de bem fazer bem feito, mas pretendendo ter um maior reconhecimento da sociedade, incluindo da população, pelo trabalho inestimável e muito próximo da população que as IPSS desenvolvem”.

O estudo agora apresentado pela CNIS teve como objetivos gerais a realização do diagnóstico de saúde da população utilizadora dos serviços das IPSS e ainda promover a melhoria da monitorização, contínua e global, das condições de saúde da população apoiada pelas IPSS associadas da CNIS.

Já os objetivos operacionais passavam por identificar a prevalência de doenças crónicas como diabetes, HTA, depressão, AVC, doença de Alzheimer, doença de Parkinson, entre outras, e as práticas promotoras de estilos de vida saudáveis e prevenção da doença.

Para tal, o estudo baseou-se nas 823 respostas, o que, a nível de participação, “pode considerar-se satisfatório”, sustenta Felismina Mendes, esclarecendo que “o estudo permite aceder a um conjunto de dados/questões relativas à saúde, nas IPSS associadas da CNIS, que devem ser discutidas e a profundadas quer internamente, quer em futuros estudos”.

Ou seja, a semente está lançada, os primeiros dados estão coligidos, agora é preciso ser persistente e tentar levar mais longe este primeiro passo, que, segundo a coordenadora, “revelou um diagnóstico de saúde que não se afasta da realidade portuguesa, onde o aumento da esperança de vida e o envelhecimento têm associados altos níveis de morbilidade, comorbilidade e multimorbilidade, e em que os níveis de dependência das pessoas mais idosas são uma realidade quotidiana para os estabelecimentos e equipamentos que lhes prestam apoio e cuidados, a exigirem cada vez mais recursos, face às necessidades detetadas e a satisfazer”.

Para Felismina Mendes, o estudo mostra

que “a qualidade de respostas, serviços e cuidados que estas pessoas merecem e exigem, implica necessariamente mais e melhores recursos, para se promover o integral respeito pela dignidade das pessoas”.

Uma realidade extensível às pessoas com deficiência, cuja “complexidade e o nível de necessidades a satisfazer e apoiar em termos de saúde, na sociedade atual, requerem uma atenção que, nos últimos anos, tem estado pouco presente por parte do Estado no apoio às respostas, serviços e cuidados a estas pessoas”.

A investigadora da academia eborense recorda que “historicamente ao Sector Social e Solidário tem estado maioritariamente atribuída a função de cuidar das crianças/jovens, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas”, mas atualmente, “para além das respostas sociais e socioeducativas, o sector confronta-se, cada vez mais, com a necessidade de prestar cuidados/dar assistência de saúde”.

Considerando que “este é um novo desafio que o Estado não pode continuar a ignorar”, Felismina Mendes sublinha: “O Sector Social e Solidário não pode continuar a ser concebido e apoiado apenas a partir do seu papel tradicional. A mudança está a ocorrer e, quer o setor da saúde, quer o da segurança social, têm que reconhecer e apoiar os cuidados de saúde que as populações acolhidas pelas IPSS requerem e exigem e onde pontuam cada vez mais pessoas com elevados níveis de dependência e incapacidade”.

De facto, o estudo revela a imensidão de cuidados que as IPSS prestam, tanto ao nível de prevenção da doença como de promoção da saúde, aos seus utentes em todas as respostas sociais, da Creche à ERPI, do Lar Residencial ao CATL, do CAO ao LIJ, do Centro de Dia à UCCI, abrangendo crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, numa ação que muitas vezes acaba por se estender aos agregados familiares.

Reconhecido pela coordenadora do estudo foi a não apresentação individualizada das respostas das comunidades terapêuticas e outras que trabalham com utentes com problemas de adição, seja drogas, seja álcool. Algumas das respostas ao questionário foram integradas em valências como os LIJ, algo que a Felismina Mendes defendeu ter que ser feito de forma diferente no futuro.

Dos muitos dados recolhidos e tratados pela equipa da Universidade de Évora resultou um vasto conjunto de sugestões de

estratégias e dinâmicas para reforço das boas práticas no seio das instituições.

Uma sugestão transversal a todas as instituições e repostas sociais é a necessidade de incrementar “a articulação com stakeholders da saúde e/ou comunitários (outras IPSS, sociedades científicas, unidades funcionais dos centros de saúde, ARS, DGS serviços da Segurança Social, da Proteção Civil e autoridades de segurança, autarquias), com as crianças, famílias e trabalhadores”.

Felismina Mendes argumenta que, “em Portugal, por tradição nunca se olha para o lado, mas sempre para cima”, e isso cria obstáculos desnecessário.

“Se as instituições, sejam quais forem, precisam de apoio, seja de que tipo for, a tendência para recurso aos serviços estatais (de saúde ou segurança social, neste caso) é sempre a primeira opção a ser considerada. Ora, na comunidade, existem diferentes stakeholders que, pela sua proximidade e especificidades nas mais diferentes áreas, não substituem as funções do Estado, mas podem ajudar em múltiplas situações, de forma mais célere e eficaz. O apelo e as sugestões foram nesse sentido”, explica, deixando um desafio: “Identifiquem-se as necessidades que existem, identifiquem-se os stakeholders comunitários que podem ajudar e vamos ter com eles. O resultado normalmente é satisfatório e traduz-se em parcerias e redes que potenciam a resolução de problemas em tempo útil”.

Foi extensa e fértil em dados a apresentação da síntese do «Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS», que, para a coordenadora do estudo, foi um “desafio”.

“Construir instrumentos capazes de captar as questões de saúde em tipologias de respostas tão diversas foi, de facto, um desafio exigente”, confessa, acrescentando: “Também a adesão por parte das diferentes repostas sociais e equipamentos se revelou, não propriamente uma dificuldade, mas um verdadeiro desafio a ultrapassar”.

SAÚDE MENTAL EM DESTAQUE

A apresentação do estudo ocupou grande parte do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde, mas este contou com um vasto e diversificado programa.

“Em termos gerais, as grandes conclusões que alcançámos é saber que estamos no caminho certo de apostar num, cada vez maior, relacionamento com as diversas entidades nacionais a todos os níveis, porque as



experiências que aqui se trocaram e a compreensão que aqui ficou manifesta é um instrumento importantíssimo de avanço nestas matérias que são muito problemáticas, com populações muito fragilizadas, que todos compreendemos”, resumiu, no final, a responsável pelo pelouro da saúde na Direção da CNIS, alertando: “Cada vez mais, as IPSS não são um sector isolado, nem emparedado entre outros sectores, mas parceiras de pleno direito, que fazem um trabalho que mais ninguém faz, um trabalho de grande qualidade e de grande mérito”.

E, para além disto, Maria João Quintela considera que outra importante conclusão que sai do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde “é que as instituições têm também um caminho a fazer para melhorar a qualidade, para irem de encontro aos padrões e para responder às necessidades das pessoas que apoiam”.

E aponta uma direção específica e fundamental: “Avançar no propósito de haver um melhor relacionamento entre todos os sectores em favor de um conceito que todos têm e que é o doente no centro do sistema”.

Depois da apresentação do estudo, que na vertente dos Cuidados Continuados Integrados esteve a cargo de César Fonseca, também investigador na academia de Évora, a jornada de reflexão e debate enveredou precisamente por essa temática.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e de Saúde Mental centrou o debate que se seguiu e que passou também pela questão dos Cuidados Paliativos.

Com moderação de António Leuschner, presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental, foram intervenientes Miguel Narigão, membro da Coordenação Nacional para a Reforma do Serviço Nacional de Saúde na área dos Cuidados Continuados, Edna Gonçalves, presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, Miguel Xavier,

diretor do Programa para a área da Saúde Mental, e Vanda Santos, chefe de Setor do Acompanhamento de Respostas Sociais e da RNCCI do Instituto da Segurança Social.

Em representação do Coordenador Nacional da RNCCI, Miguel Narigão fez um breve retrato da situação atual da Rede, debruçando-se essencialmente sobre as questões relacionadas com a saúde mental, afirmando que até final do corrente ano está a ser “reunida informação e contributos junto dos atores das experiências piloto (ECR, ECL, SLSM, prestadores e utentes)”, para depois “ser elaborado um relatório final com avaliação, propostas de alteração ao projeto e plano de desenvolvimento”.

Por seu turno, Miguel Xavier colocou a ênfase na necessidade de se fazer uma “avaliação das experiências-piloto”, considerando que é uma oportunidade para incrementar e corrigir situações, de se ter uma “perspetiva temporal” da intervenção e de se promover “uma colaboração alargada” entre todos os intervenientes, para além de apelar a uma maior “articulação com os Serviços Locais de Saúde Mental”.

Já Edna Gonçalves exortou as IPSS a olharem a Comissão Nacional de Cuidados Paliativos “como parceira”, sublinhando que “o objetivo é elevar os cuidados paliativos em todas as estruturas” que acolham pacientes que deles necessitem.

Vanda Santos considerou que “a promoção e proteção dos direitos das pessoas com experiência de doença mental não é nem pode ser atribuída a um só sector ou organismo”, defendendo que o objetivo é “garantir a transição para a atenção integral à saúde mental na comunidade, enfatizando a disponibilidade de cuidados de saúde mental para pessoas com doença mental, coordenando os serviços de saúde e sociais, bem como cuidados integrados para a saúde mental e física”.

A representante do ISS lembrou ainda que atualmente “há 15 mil respostas sociais e 13 mil acordos de cooperação”.

O Encontro acolheu ainda um derradeiro painel, composto por representantes de diversas IPSS que levaram a Fátima as experiências vividas nas respetivas instituições, dando conta das boas práticas, mas, e aproveitando a presença dos responsáveis pela RNCCI, pelo ISS e pela Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, para apresentarem algumas reclamações e propostas para que a sua missão seja desenvolvida com maior eficácia e eficiência e sem colocar em causa a sustentabilidade das instituições.

Foram oradores, sob moderação de Eleutério Alves, da Direção da CNIS, João Calão, da ACASO – Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão, Tiago Silva, da ARIFA – Associação de Reformados e Idosos da Freguesia da Amora, Susete Abrunhosa, da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Jaime Ramos, da Fundação ADFP – Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, e Mário do Carmo Pereira, da ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões.

Este último deixou no ar duas interrogações, segundo o qual, as respostas devem orientar o trabalho futuro: “Como fazemos as coisas? Para quem fazemos as coisas?”.

Antes, em jeito de reivindicação, o dirigente da ASSOL já havia dito que “o foco das IPSS é responder a todos e não apenas a alguns”, que é a situação presente.

No encerramento do II Encontro Nacional de IPSS Promotoras de Saúde, Maria João Quintela lembrou: “Queremos continuar a ser parceiros nestas matérias e a participar, porque, afinal, estamos todos empenhados no mesmo”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt



“Quem não é contra nós, é a nosso favor...”

Inspirei-me nesta mensagem de S. Marcos (9.38-40) para partilhar com os leitores do SOLIDARIEDADE um processo de análise de comportamentos humanos que não é muito habitual na abordagem de quem faz sondagens para interpretar o sentir mais comum de grupos e/ou multidões, sobretudo em momentos que antecedem a realização de eleições.

Não deixa de ser curioso o contexto em que esta mensagem foi produzida por S. Marcos, a saber: a manifestação de ciúmes, por parte dos discípulo de Cristo, por verem que, afinal, não era deles o “exclusivo de fazer milagres”, uma vez que outros, que não eram do seu grupo, também faziam o bem em benefício do povo!

Esta dialética entre “os nossos” e “os deles” continua a servir de referência para classificar comportamentos humanos, ao nível religioso, social, político, desportivo, etc!

Curiosamente, a frase dita por Jesus

(referida no título desta crónica), costuma ser desvirtuada ao ser substituída por esta versão: “quem não é por nós, é contra nós”!

Aos mais diversos níveis de comportamentos humanos, será fácil concluir que há muito mais gente do que imaginamos disponível para conhecer melhor os nossos pontos de vista, as nossas ideias e os nossos valores, ou seja, gente que não é contra nós...mas de nós espera que as nossas obras e posicionamentos de vida pessoal e coletiva nos confirmem autoridade ética e moral que os convençam a associar-se às nossas CAUSAS!

Felizmente, o tempo dos proselitismos, a todos os níveis, passou à história! E desengane-se quem considera que o “proselitismo” foi apenas uma prática da Igreja!

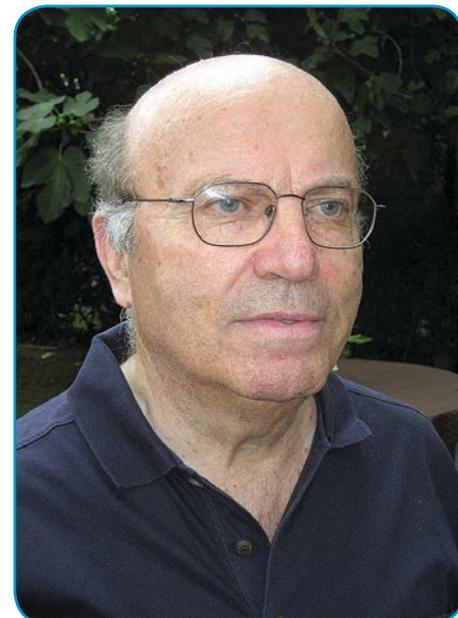
Partidos políticos, clubes desportivos, movimentos laicos, agnósticos e maçónicos são

todos “praticantes” desta espécie de proselitismo que distingue e qualifica “os nossos” e “os outros”!

Há ainda um longo caminho a percorrer na qualificação da nossa cidadania, de modo a que o direito à diferença e o direito à igualdade de oportunidades e à cultura de uma prática inclusiva que não exclua ninguém do convívio humano, a partir das suas diferenças e diversidades!

Pensando bem...talvez possamos concluir que, afinal de contas, haverá mais gente a nosso favor do que contra nós, se a nossa visão da Vida e do Mundo não se deixar contaminar por “miopias ideológicas” e de “grupos ou classes”!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



O Mediterrâneo e o naufrágio da Europa

A Europa está a passar por um momento difícil no que respeita ao seu grande objectivo político de constituir e funcionar como uma verdadeira União, fazendo assim jus ao nome por que é reconhecida. Desta vez, o novo desafio com que o velho continente se depara prende-se com a chamada crise dos refugiados. Foi uma crise que começou por ser de carácter humanitário, mas que derivou perigosamente para o plano político, dadas as clivagens internas que já provocou.

É verdade que o primeiro grande golpe a ferir de morte a União foi o Brexit, mas o abandono do Reino Unido não provocou entre os restantes membros as tensões que parece estarem a acontecer agora nos outros países. Para se ter uma ideia do nível dessas tensões, basta ter em conta o que se passou na última cimeira dos ministros do Interior da União em que participaram também representantes de alguns países africanos.

Foi uma reunião que, pelos excessos verbais de que se revestiu, diz bem de como está longe uma qualquer união nesta matéria, pelo menos entre alguns dos estados membros.

O clima de discórdia que caracterizou a cimeira foi protagonizado mais visivelmente pelos representantes do Luxemburgo e da Itália, a propósito do acolhimento, ou do não acolhimento, a refugiados que atravessam o Mediterrâneo em busca de um porto de onde não sejam expulsos, como acontecera na ilha de Malta. O ministro italiano do Interior, o sr. Salvini, dirigente da Liga do Norte, um partido que não esconde o seu radicalismo, relativamente à política migratória da UE, não aceitou de bom grado as críticas do representante luxemburguês ao comportamento do seu governo nesta matéria, e fê-lo em termos que terão esgotado a paciência deste que, no calor da discussão, se exprimiu de modo claramente impróprio.

Poderia tratar-se apenas de um incidente menor na discussão de um problema que está longe de merecer unanimidade, mas infelizmente para a Europa pode significar que o longo e difícil caminho percorrido até agora na procura da unidade europeia pode regredir drasticamente. Ninguém diria, ao ver, já lá vão alguns anos, as primeiras imagens das tragédias marítimas que foram marcando a história recente do Mediterrâneo, que a Europa estava a dar os primeiros passos numa crise que poderia pôr em causa os seus grandes objectivos. De tal modo que se poderá dizer que hoje não são apenas os refugiados a naufragar no Mediterrâneo...

Mandato único?

1 - Enfileiro na avantajada maioria que defendeu a renovação do mandato de Joana Marques Vidal como Procuradora Geral da República.

No nosso sistema político-institucional, são raras as figuras que concitam a unanimidade de apreciação favorável quanto ao que foi o exercício de um cargo público de relevo.

(la escrever “quase unanimidade”, para poder deixar de fora o Governo e o Presidente da República, que se entenderam para a substituir no cargo; mas pensei melhor, optando pela formulação do juízo universal, já que, quanto propriamente à avaliação do desempenho, nenhum deles destoou do tom geral.)

Claro que não sabemos se parte do mérito, no que se refere à perseguição criminal em casos de maior notoriedade, não viria de trás, de investigações iniciadas no tempo dos Procuradores Gerais Pinto Monteiro ou Souto Moura.

Mas o que releva, do ponto de vista da percepção pública, são as aparências: e estas evidenciam-nos um período como nenhum outro, principalmente no combate à corrupção.

Por mim falo: mas suspeito que, se fosse então Joana Marques Vidal a responsável pelo Ministério Público, teriam tido outro desfecho os inquéritos dos casos do Freeport de Alcochete, ou do aterro da Cova da Beira, ou dos submarinos – para alargar o leque.

É certo que o mandato fica principalmente marcado pelo Processo “Marquês”, que envolve a nata dirigente do País durante o mandato de José Sócrates – a começar por este, a continuar com a principal figura da banca portuguesa e levando de escantilhão muitos figurantes menores.

Não sabemos se vai ou não haver condenações, dependendo de como o julgamento – se o houver – correr.

Mas já sabemos muito do que se passou; já ouvimos os principais artistas em discurso directo e já pudemos avaliá-los com outros olhos – e como eles merecem.

É condenável, certamente, lavar a roupa suja em público, antes de a reserva da sala de audiências e a produção de prova em contraditório permitir a mediação exigida para um julgamento justo.

Mas como havemos de esquecer os esgares, as contradições, a pusilanimidade, os gestos ridículos, as fitas, os empréstimos, os gastos e a opulência, que as televisões nos fizeram entrar em casa com a fidelidade de uma gravação audiovisual?

Como apagar a vergonha colectiva que foi a de termos tido a mandar no País, a mandar em nós, escolhido por nós, durante 7 longos anos, um actor como o que vimos actuar no interrogatório durante o inquérito e de quem já sabemos tanta coisa que ignorávamos?

Como perdoar a quem, dono de metade do País, durante os anos em que se cortavam salários e pensões à classe média, e a ser verdade a acusação, comprava com mão larga os favores e as mercês de quem exercia indignamente o poder – para acabar por impor a esses mesmos

a quem os governos espoliaram o pagamento de resgates da banca, falida pelos desmandos dos seus donos?

Joana Marques Vidal não lhes perdoou – já ninguém lhe tira o crédito e os louros.

(Já agora: também ninguém tira a Pedro Passos Coelho o mérito de tê-la nomeado e de ter recusado “safar” Ricardo Salgado à nossa custa.)

2 – Creio que foi a opção pela luta contra a corrupção como prioridade de investigação que conduziu a esta apreciação muito favorável de Joana Marques Vidal como PGR.

Até o Bloco de Esquerda e o PCP defenderam a permanência da PGR no cargo, não duvidando em afastar-se da presumível vontade do Governo do PS de a remover.

São partidos que têm estado afastados do exercício do poder, sendo, por essa razão, menos sujeitos às tentações do que aqueles que vão rolando de turno no Governo – e não se duvidando que, por tal razão, terão um índice de corrupção dentro de portas bem menor do que os seus irmãos mais habituados aos corredores e aos desvãos do poder.

Já o apoio do CDS e do PSD à renovação do mandato será mais de estranhar: como escrevi acima, intuo que, com Joana Marques Vidal à frente do Ministério Público, os submarinos teriam vindo à superfície; e, por outro lado, as investigações e acusações do Ministério Público não têm poupado gente ligada ao PSD.

Basta falar nos “Vistos Gold”, ou em Duarte Lima.

Sucede, no entanto, que o PSD tem uma Direcção nova – e limpa, ou esforçando-se por isso, desse passado do Governo da troika.

Resta o PS – que, desde há um ano, pela voz da Ministra da Justiça, bem avisou que a PGR seria substituída.

(Há quem assegure que foi uma precipitação de Francisca Van Dunen ter feito esse anúncio tão aparentemente fora do tempo certo.

Mas, àquele nível, de ministros ou de dirigentes partidários, não há precipitações, ou inocências.

Não é concebível, a não ser para quem viva na lua, que um ministro do Governo de Portugal – seja este, ou outro qualquer, antes ou depois deste que está de turno – alvitre sobre tema da importância da designação de uma alta figura do Estado sem cobertura – ou mesmo ordem – do chefe.

3 – Tem sido referido com insistência que António Costa porfiou, e tem conseguido, manter um cordão sanitário entre José Sócrates e o Partido que este, a seu tempo, liderou – o PS.

Uma espécie de quarentena: não viesse o processo judicial contra José Sócrates e a presença do antigo e desprestigiado líder na entourage que hoje nos pastoreia ensombrar os milagres da reversão e do défice ...

E também não se pode esquecer que António

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do

Centro Social de Ermesinde



Costa foi o primeiro governante sob José Sócrates, ainda este era o “animal feroz”, a afastar-se do seu círculo e a ganhar peso político próprio, candidatando-se, em 2007, a presidente da Câmara de Lisboa – e ganhando-a.

Seria natural, também nesta perspectiva sanitária do PS em relação a José Sócrates, manter publicamente a confiança na PGP que mais fundamentadamente permitiria assegurar esse cordão protector do Partido e de António Costa.

Ao fim e ao cabo, a actual gerência do PS nada tinha sob a mira do MP.

Mas, se tivesse?

4 - Foi nesta altura que pensei em Tancos ...

A Providência permitiu-me chegar a esta ida sem frequentar quartéis militares.

A inspecção – “dar os sinais”, como então se dizia -, fi-la no Bairro Administrativo de Ermesinde e o 25 de Abril passou-me “à disponibilidade”.

Não distingo as divisas de um sargento das de um general.

Lembro-me, porém, de ter lido nos jornais que o Ministério Público já sabia, ou suspeitava, há quase um ano, desta novela bastante ridícula do roubo dos paióis e dos seus presumíveis autores.

(Rui Rio foi muito criticado por ter comparado este episódio caricato à guerra do Solnado, por esse comentário não estar devidamente revestido de sentido de Estado.

Mas que parece, parece ...)

Ora, foi há um ano que Francisca Van Dunen, ela própria magistrada do Ministério Público, despediu com aviso prévio Joana Marques Vidal.

Teria temido o Governo que calhasse a vez de ser investigada, ou publicitada, matéria passada sob a sua gerência?

Claro que não foi Azeredo Lopes quem, vestido de camuflado e armado de alicate e gazua, foi, qual Arsène Lupin, abrir buracos na rede ou arrombar as portas dos paióis – se portas havia ...

Mas a responsabilidade política pela forma desastrosa como geriu a informação sobre este assunto é seguramente sua.

(Então, até podia acontecer que não tivesse havido furto nenhum, como nos disse? Homessa!)

Não sei se há qualquer ligação entre Tancos e a não recondução de Joana Marques Vidal.

Mas, ironia das ironias, foi na semana da decisão de não recondução que se soube de mais este êxito da investigação do Ministério Público.

Que foi, deste jeito, uma bofetada de luva branca em quem desejou a sua saída.

Deus não dorme...

CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO FURADOURO, OVAR

Orçamento Participativo é solução para requalificar alguns espaços

É uma instituição que serve uma população muito carenciada, o que acaba por se refletir na gestão, criando dificuldades financeiras. Com o edificado a necessitar de obras, o Centro de Promoção Social do Furadouro conseguiu, fruto da iniciativa de um casal de pais que tem um filho na instituição, levar a bom porto uma candidatura ao Orçamento Participativo de Ovar e angariar 50 mil euros para requalificar três espaços essenciais ao bom desenvolvimento dos mais pequenos. Um exemplo a seguir por outras IPSS.

Quando em 1969 um inquérito levado a efeito junto da população, essencialmente, piscatória do Furadouro, lugar do concelho de Ovar, os resultados criaram preocupação: 50 homens não tinham qualquer ocupação e 127 crianças, entre os seis e os 13 anos, não tinham acesso à instrução.

Perante isto, o pároco, a diretora da escola primária e o Rotary Club de Ovar, muito em especial, os rotários Mário Alçada e João Peixinho, deitaram mãos à obra e criaram o Centro Infantil do Furadouro.

“Este é o momento que consideramos como o início desta obra, sendo que a formalização da instituição e a designação atual de Centro de Promoção Social do Furadouro aconteceria em janeiro de 1972”, conta Jorge Cunha, presidente da instituição vareira, acrescentando: “Ao longo dos anos sempre houve uma relação muito estreita entre a instituição e o Rotary, que logo na formação teve a participação muito próxima de alguns elementos, especialmente os senhores Alçada e Peixinho, que dedicaram muito da sua vida à instituição. E ao longo dos anos têm sido muitos os rotários a integrar os órgãos sociais da instituição. E durante a vida da instituição o Rotary tem ajudado muito, não só através de ações de voluntariado, mas também na angariação de fundos. E há que também não esquecer o papel da Casa da Amizade do Rotary Club de Ovar, que dá um donativo mensal ao Centro para ajudar nas mensalidades dos utentes mais carenciados”.

Álvaro Gomes, rotário e membro da Direção, lembra que, “em 1969, o Furadouro era apenas a pesca, não havia mais nada, para além de muita pobreza e fome”.

A instituição começou a funcionar num velho barracão, em tempos as instalações do Centro Vidreiro que ali existia.

“Quando deixou o barracão, o Centro veio para as atuais instalações, propriedade da instituição, apesar de a construção não ter sido feita com verbas próprias. A construção foi feita ao longo dos anos 1980, tendo ficado concluída em 1990”, recorda Álvaro Gomes.

Porém, as dificuldades financeiras que



a instituições tem vivido no decurso da sua existência levaram a que as sucessivas direções não tenham podido requalificar o edificado, que atualmente apresenta algumas necessidades prementes de obras.

Servindo uma população de baixos recursos económicos, o Centro de Promoção Social do Furadouro tem-se debatido com problemas financeiros, tendo já recorrido ao Fundo de Socorro Social para conseguir equilibrar as contas.

“Embora não se compare com o antigamente, ainda há uma parcela significativa de utentes bastante carenciados. As participações são reguladas pela Segurança Social e vamos percebendo, quando fazemos as contas, que ainda há uma percentagem relativamente elevada de utentes que paga uma verba muito reduzida face às suas dificuldades económicas. Por isso é que o Centro é um ponto essencial de apoio à comunidade”, afirma o presidente da instituição, considerando que esta situação se reflete nas contas “em



algumas dificuldades”.

“Agora as coisas estão mais equilibradas, mas durante muitos anos o Centro passou por grandes dificuldades. Nestes últimos anos, tivemos dificuldades em pagar subsídios de férias e de natal aos funcionários. Conseguimos sempre pagar as remunerações em atraso, cumprimos os Contratos Coletivos de Trabalho, com grande dificuldade, mas fomos tomando medidas para tentar garantir a sustentabilidade financeira. O Centro passou por grandes dificuldades e ainda está numa situação que não se pode dizer que seja desafogada. Vai tendo para o dia a dia e essas dificuldades refletem-se também no estado de degradação das infraestruturas, porque nunca houve condições para fazer uma devida manutenção”, confessa Jorge Cunha.

“Realisticamente, nós vamos ultrapassando as dificuldades, mas elas estão aí no dia a dia”, sublinha Álvaro Gomes, no que é corroborado pelo presidente: “Agora que as coisas estão mais equilibradas e com isto quero dizer que, pelo menos, a gestão corrente não tem problemas, mas se for preciso fazer investimentos não há condições. Felizmente também houve uma iniciativa que veio beneficiar o Centro”.

De facto, a instituição do Furadouro foi beneficiada por uma ação de um casal de pais que têm o filho no Centro, que decidiu candidatar um projeto de intervenção no edifício da instituição ao Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Ovar. É algo inédito e pioneiro, mas sem dúvida uma excelente opção para todas as IPSS.

“Confesso que não foi uma ideia da Direção e até desconhecia que os regulamentos previam essa possibilidade, mas houve um casal, o António e a Elis Magina, que tem aqui uma criança que sugeriu a ideia de concorrer ao Orçamento Participativo de Ovar com um projeto em benefício do Centro”, conta Jorge Cunha, acrescentando: “Inicialmente, esses pais falaram com a diretora-técnica, que informou a Direção e que desde a primeira hora apoiou a iniciativa.

Se não fosse esta iniciativa, este projeto de requalificação não teria avançado. E não foi a instituição a candidatar-se porque não pode, mas foram uns pais”.

Assim, através do Orçamento Participativo, o Centro conseguiu 50 mil euros que “estão a ser aplicados no projeto de requalificação do parque infantil, visto que o que havia estava muito degradado e até tinha já sido retirado, numa área em que as crianças podem praticar desporto e ainda numa sala de creche, que também estava mesmo a precisar de ser requalificada ao nível do chão, pintura e algum equipamento”, revela o presidente, lamentando: “Há outras necessidades, mas não temos verbas”.

Para além da componente financeira, fundamental para que aqueles três espaços possam ser melhorados, a vitória na votação do Orçamento Participativo por parte da população de Ovar é ainda o reconhecimento do importante trabalho desenvolvido pelo Centro.

“Embora tenha havido um esforço de todos para conseguir a melhor votação, se as pessoas não reconhecessem e não se revissem no trabalho desenvolvido pela instituição não



teriam votado no projeto. Foi algo que nos deixou muito orgulhosos e satisfeitos”, confessa o presidente, apesar de Álvaro Gomes ainda notar alguma desconfiança por parte da comunidade: “Mesmo assim, ainda acho que não há o devido reconhecimento por parte das gentes do Furadouro, talvez por culpa nossa que deveríamos, se calhar, ir mais à comunidade dizer e mostrar o que somos e o que fazemos, porque muita gente não sabe. Mas, globalmente, somos reconhecidos e o serviço que prestamos é valorizado pela população”.

Com as obras em marcha nas três áreas referidas, fruto da verba do Orçamento Participativo, os dirigentes da instituição desejam intervir ainda noutras zonas do edifício, mas não só.

“Para já estamos a tratar destas situações, mas gostaríamos, caso tenhamos oportunidade, de reaproveitar um espaço que, pomposamente, chamamos de multiusos, que está encerrado por não reunir as condições necessárias para ser utilizado. Neste momento serve de arrecadação. Face ao sucesso do Orçamento Participativo, o mesmo casal já efetuou uma nova candidatura, que já passou a primeira fase do concurso. Portanto, espere-mos voltar a ser beneficiados para requalificar o multiusos”, sustenta Jorge Cunha, revelando ainda: “Outro projeto que gostaríamos de pôr em marcha a curto prazo é a substituição das nossas carrinhas que servem no SAD. Não estão adequadas para o serviço que prestam, pois são muito antigas e precisam de ser substituídas. Por outro lado, gostaríamos de pintar todo o Centro. Também fizemos uma candidatura, no âmbito de uns fundos comunitários, para a requalificação do edifício. Falou-se em 28 milhões de euros para a zona centro, mas acho que são tantas as instituições a pedir que não sei se nos chegará alguma coisa. Mas esta seria uma remodelação mais profunda e também necessária”.

Para além das obras já em curso, está

prestes a iniciar-se também a remodelação da sala de convívio onde os idosos se reúnem para diversas atividades, fruto de uma candidatura bem-sucedida à Fundação PT.

Nos dias que correm, o Centro de Promoção Social do Furadouro acolhe 48 crianças em creche, 60 em Pré-escolar, duas dezenas em CATL e apoia 25 idosos em SAD. Para além disto, através do Centro Comunitário acompanham cerca de 120 pessoas, nas respostas de SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) e RSI (Rendimento Social de Inserção).

“O foco inicial do Centro foi o apoio às crianças, porque era evidente a necessidade de prestar apoio à infância, mas com o passar do tempo e o desenvolvimento da instituição e da comunidade em geral houve necessidade de alargar o âmbito de intervenção da instituição a outras dimensões. Depois, alargou-se também aos idosos, com a abertura do SAD, que é algo importante, até porque nesta zona, embora o estado desenvolvimento socioeconómico seja muito diferente de há 50 anos, continua a haver muitas necessidades. Esse apoio aos mais idosos foi importante, tal como a criação do Centro Comunitário”, afirma o presidente.

E como seria o Furadouro sem o Centro de Promoção Social?

“Se não tivesse surgido o Centro, outra instituição acabaria por aparecer porque as necessidades eram muito prementes, não só na altura da criação, mas nos anos que se seguiram. Se não aparecesse o Centro as condições de vida seriam piores e a condição das crianças muito frágil. Estou convencido que o Centro contribuiu para melhorar as condições de vida das pessoas do Furadouro”, argumenta Jorge Cunha, ao que Álvaro Gomes acrescenta: “Face às condições de vida das pessoas do Furadouro à época em que o Centro surgiu, se ele não tem nascido, estou convencido, que o Furadouro não era o que é hoje”.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- | | | | | |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE | STRONG CHARON TAMPER | UPK CLIMAMOR |
| B2B | CERGER | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM | PAPIRO VALDOC |
| VIVAMAIS | SERDIAL | BIOSOG | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
 TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

STRONG CHARON
 Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

VIANA DO CASTELO

GAF à procura de soluções de emprego inclusivo

O projeto Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 3G (CLDS - 3G), do Gabinete de Atendimento à Família (GAF), em Viana do Castelo, vai promover encontros com empresas para, em conjunto, encontrarem soluções de emprego inclusivo.

“O desafio que estamos a lançar às empresas e às entidades empregadoras é o de, juntamente com os técnicos de intervenção social da equipa do CLDS do GAF, repensar o mercado de trabalho para que possam surgir novos conceitos de empregabilidade mais inclusivos”, explicou Vanessa Pereira, técnica do CLDS - 3G.

O ciclo de cinco encontros, intitulado “Mercado de Trabalho Inclusivo: o valor da diferença”, vai começar no dia 07 novembro, com a discussão do tema “Integração profissional da pessoa cigana: da discriminação à inclusão”, e terminará a 03 dezembro 2018, com o debate “A minha diferença faz (in)diferença? Integração laboral da pessoa funcionalmente diversa”.

Em novembro a iniciativa abordará, no dia 14, a “Doença mental e empregabilidade: diferenças (in)conciliáveis?”, o “Rumo ao emprego: reintegração socioprofissional após a reclusão”, no dia 21, e “O mercado de trabalho sob a lupa

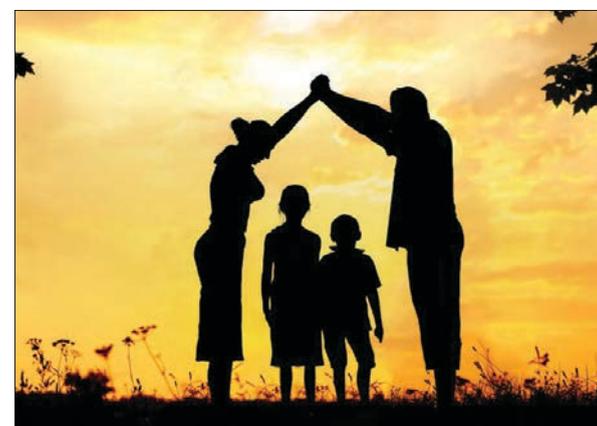
de género: pontos de (des)equilíbrio”, no dia 28.

“A ideia de iniciar esta reflexão surgiu das dificuldades com que nos deparamos no nosso trabalho de acompanhamento na procura de emprego, sobretudo de pessoas com algum tipo de deficiência física”, sustentou a técnica.

Com a iniciativa, a equipa do CLDS do GAF pretende “trazer luz sobre as vantagens competitivas das empresas que adotam medidas de promoção da diversidade e contribuir para desbloquear os mecanismos que condicionam a plena inclusão das pessoas”, disse.

Organizado pelo GAF, instituição particular de solidariedade social com sede em Viana do Castelo, o ciclo de encontros contará com a presença de especialistas nacionais e internacionais, bem como de personalidades ligadas ao universo empresarial de todo o país.

“Tivemos a preocupação de abranger grupos sociais que não encontram uma resposta específica. As pessoas de etnia cigana, por exemplo, nunca tiveram a oportunidade de debater, no espaço público, estas questões, quer com as empresas quer com as entidades que com elas trabalham. Também os reclusos, com quem temos vindo a fazer algum trabalho dentro do



estabelecimento, precisam, quando em liberdade, de acompanhamento específico”, acrescentou Vanessa Pereira.

Os cinco encontros temáticos decorrerão durante todo o dia, distribuindo-se, “durante a manhã, por um painel de discussão com especialistas nacionais e internacionais das áreas em discussão, empresas e organizações da sociedade civil e, à tarde, por ateliers de (des) construção, dos quais se espera que resultem em produtos e ferramentas práticas que possam ser aplicadas nas empresas”.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA SOCIAL

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

UNIDADES DE SAÚDE

GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL **NOVO**

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

WWW.TSR.PT tsr@tsr.pt [facebook/tsrsi](https://facebook.com/tsrsi)

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

ODETTE FERREIRA

Morreu a pioneira no combate à SIDA em Portugal

A ex-presidente da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida Odette Ferreira, que foi pioneira na investigação da doença em Portugal, morreu aos 93 anos, no dia 7 de outubro.

Nascida em 1925, Maria Odette Santos-Ferreira foi pioneira na investigação sobre a infeção VIH/Sida em Portugal, fazendo parte da equipa que identificou pela primeira vez o VIH do tipo 2 em doentes oriundos da Guiné-Bissau.

No princípio dos anos 80 caracterizou os primeiros casos de infeção por VIH em doentes originários da Guiné-Bissau com um quadro clínico de imunodeficiência, tendo identificado um grupo de amostras com um comportamento anormal face ao método de diagnóstico usado e que constituiu o ponto de partida para a descoberta do VIH do tipo 2.

Prosseguiu as investigações durante essa década, nomeadamente no Instituto Pasteur de Paris, autoridade de renome mundial na matéria, que acabaram por conduzir à descoberta do VIH do tipo 2.

A descoberta deste segundo tipo de Vírus da SIDA teve um impacto enorme na história natural, na epidemiologia e no diagnóstico da infeção VIH, tendo estes resultados sido publicados em revistas científicas de elevado prestígio internacional, refere a DGS.

Odette Santos-Ferreira foi coordenadora da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA, cargo que exerceu de 1992 a 2000, por nomeação do ministro da Saúde, tendo desenvolvido inúmeros projetos com impacto significativo na prevenção e disseminação da doença.

O projeto da sua autoria de maior impacto nacional e internacional foi a troca de seringa nas farmácias, denominado “Diz não a uma



seringa em segunda mão”, que teve como finalidade diminuir o risco de transmissão do VIH e de outras doenças transmissíveis (hepatite B e C) à população toxicodependente por via endovenosa.

Este projeto foi considerado pela Comissão Europeia o melhor projeto apresentado por um país europeu, não só pela inovação, mas por ter sido possível desenvolvê-lo em todo o território nacional.

A investigadora promoveu ainda vários serviços de apoio domiciliário, a criação das comissões distritais de luta contra a SIDA e a reabertura da linha SIDA.

Em 2013 recebeu o Prémio Nacional de Saúde

do Ministério da Saúde, o qual visa distinguir anualmente uma personalidade que tenha contribuído para a obtenção de ganhos em saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Em fevereiro deste ano, Odette-Ferreira foi condecorada pelo Presidente da República numa cerimónia reservada, tendo recebido a grã-cruz da Ordem da Instrução Pública.

Marcelo Rebelo de Sousa, prestou homenagem pública a Odette Santos-Ferreira e apresentou as condolências pela sua morte, enaltecendo “um percurso notável e que foi pioneiro na investigação e na academia”.

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

Ter emprego não significa estar fora da pobreza

Cerca de 17% dos pobres em Portugal são trabalhadores, o que significa que “não têm ordenado digno”, alertou, no Funchal, o presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza, Agostinho Moreira, sublinhando a necessidade de “maior justiça” na distribuição da riqueza.

“Entre os pobres em Portugal, 17% são trabalhadores. Quer dizer que não basta ter um emprego para estar fora da pobreza. Não basta. É preciso ter um ordenado digno”, afirmou o responsável, durante a assinatura de um contrato-programa com o Governo Regional da Madeira para a criação de um núcleo na região autónoma.

A Rede Europeia Anti-Pobreza (European Anti Poverty Network), liderada pelo padre

Agostinho Moreira, procura orientar a atividade em Portugal seguindo dois eixos: trabalho em parceria e maior distribuição da riqueza.

“Devemos evitar que a luta contra a pobreza se torne bandeira de um qualquer partido”, disse, realçando que “a pobreza não tem partido” e deve constituir um “designio” nacional, europeu e mundial.

Agostinho Moreira afirmou ainda que a construção de uma sociedade mais democrática, mais justa e mais fraterna só é possível se as instituições derem “as mãos e o coração”.

O responsável sublinhou, por outro lado, que uma “maior justiça na distribuição da riqueza” deve ser espelhada no Orçamento do Estado, beneficiando setores como a saúde, a educação,

a habitação, a cultura, o emprego, as reformas e os ordenados.

A Rede Europeia Anti-Pobreza é uma instituição particular de solidariedade social, fundada em 1990, em Bruxelas (Bélgica). Atualmente está representada em 31 países, nomeadamente Portugal, desde 1991, onde conta com 18 núcleos distritais.

A instalação do núcleo da Madeira eleva para 19 as representações da rede ao nível nacional.

“O nosso objetivo é a libertação da pessoa humana de tudo o que a impede do seu desenvolvimento e proporcionar-lhe iguais oportunidades em ordem à sua inclusão ativa”, acentuou Agostinho Moreira.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



REFORMA DA ZONA EURO

Criar um Mercado de Capitais Europeu

Mesmo a união bancária, ainda que completa e bem sucedida, pode não ser suficiente. Existe um projeto complementar da união bancária que é igualmente fundamental – a unificação dos mercados de capitais.

Na Europa, temos um problema de mercado de capitais, ou, se quisermos ser mais rigorosos, temos três problemas – dimensão, profundidade e fragmentação do mercado.

Começemos pela dimensão.

A dívida pública americana (a maior e mais líquida do mundo) vale cerca de 20 trilhões de dólares e a dívida total da UEM vale pouco mais de metade. Mesmo num mercado unificado seria sempre pequena em comparação com os US. Dividida por 19 submercados, alguns dos quais muito pequenos, nunca poderá fazer sombra ao mercado de dívida pública americana e, no futuro, provavelmente será curta em comparação com a dívida pública chinesa.

O mesmo se passa com as ações. O mercado mundial tem uma capitalização bolsista de 67 trilhões de dólares. Pouco menos de metade são empresas cotadas nos Estados Unidos. A maior capitalização europeia, a França, é a quinta a nível mundial depois da China, do Japão e de Hong Kong e vale menos de um décimo da americana.

Em termos de dívida corporativa o mercado da UEM vale 40% do mercado americano mesmo depois de levar em conta a diferença na dimensão das economias.

De onde vem isto?

Vem de uma tradição europeia “continental” que historicamente se opôs à tradição mercantil anglo-saxónica.

O fumo e a balbúrdia das salas de mercados sempre horrorizaram os cartesianíssimos “continentais” – é lá possível tomar decisões sensatas no meio daquele burburinho?!

É em parte por isso que o negócio financeiro no continente sempre foi mais centralizado nos bancos e menos dependente dos mercados. Também por esse motivo as poupanças dos europeus, embora sejam bem maiores que as dos americanos, só em muito pequena parte estão “investidas” diretamente. A maior parte da poupança europeia é aplicada em depósitos a prazo ou produtos estruturados por companhias de seguros (que depois a reinvestem) com rendibilidades mais baixas, mas muitas vezes

garantidas.

Na Europa os empréstimos bancários representam cerca de 80% da dívida corporativa e somente 20% estão colocados diretamente nos mercados. No mundo anglo-saxónico é sensivelmente o inverso.

Acresce que os bancos anglo-saxónicos recolam grande parte do crédito gerado no mercado através de securitizações. Mesmo levando em conta a diferença de dimensão das economias, o mercado europeu de securitização vale apenas a quinta parte do americano.

Por outro lado, existe um problema de profundidade.

Quando pensamos em empresas mais pequenas, mais jovens, mas com grandes perspectivas de crescimento e também com grande risco (normalmente estas coisas andam juntas), porventura as mais interessantes do ponto de vista do crescimento da economia, verificamos que na Europa praticamente só existe o crédito bancário como forma de financiamento. Ora, os bancos tendem a ser muito conservadores nas suas análises e muitas vezes estas empresas acabam por sucumbir antes de ser testadas nos mercados.

Se olharmos para os mercados de dívida de alto risco – mais ajustados a esse tipo de empresas – o mercado europeu vale apenas 1/3 do americano já depois de tida em conta a diferença de dimensão das economias. No caso do “venture capital” a diferença é ainda mais esmagadora – a Europa vale apenas 1/8 do mercado americano.

Finalmente temos um problema de fragmentação. De uma forma geral os mercados estão “nacionalizados”. Não só cada país tem o seu mercado de dívida, a sua bolsa de valores como, de uma forma geral, bancos nacionais emprestam a empresas nacionais e investidores residentes tendem a investir em ativos residentes.

Contudo, uma dose quantum satis de saudável ceticismo pode levar-nos a colocar a seguinte questão: a Europa é uma das economias mais desenvolvidas do mundo e, porventura, a mais competitiva. Para aí chegar não precisou nem de sistema bancário unificado nem de mercado de capitais integrado. Integrar os mercados de capitais é assim tão relevante? Não passamos bem sem isso?

Depende do que se pretenda com o projeto

europeu. Depende do nível de coesão e da ambição que pretendemos para o futuro.

Não é por acaso que não há nenhuma empresa europeia entre as maiores empresas tecnológicas mundiais.

Há muitas explicações para que Silicon Valley fique na Califórnia e não nas igualmente soalheiras areias da Côte de Azur ou na Costa Vicentina.

Uma dessas razões é um ambiente onde prospera uma cultura de capital de risco e onde os mercados criaram estruturas que levam esse capital onde é preciso – às start ups grávidas de promessa e de risco.

Convém eliminar o mito das empresas que nascem em garagens.

A Uber, por exemplo, só existe porque foi possível levantar, ainda numa fase perfeitamente embrionária, 250 milhões de dólares de capital de risco.

Claro que, para obter os fundos, ajudou o facto de um dos promotores, Garrett Camp, ser um empresário conhecido e com um passado de projetos bem-sucedidos.

Mas é difícil imaginar que, em qualquer país europeu, alguém conseguisse levantar um montante sequer comparável para um projeto que, na altura, não era (ou não parecia ser) mais do que uma boa ideia.

Se a Europa tem a ambição de estar na vanguarda da revolução tecnológica que aí vem nas áreas da mobilidade elétrica, dos veículos autónomos, da robotização ou da inteligência artificial, bem andaria se tratasse de integrar os mercados de capitais e se facilitasse a emergência de uma cultura de capital de risco.

Convém dizer que para já estamos a fazer tudo ao contrário. O Brexit abriu, nesta matéria, uma oportunidade única e não repetível. Muito do florescente setor financeiro da City de Londres terá de emigrar para paragens continentais. A UEM poderia ter aproveitado o ensejo para criar um hub financeiro capaz de competir com Londres, Nova Iorque ou Hong Kong. Em vez disso o que vimos foi uma competição feroz e nem sempre limpa entre as capitais europeias para captar o máximo possível dos despojos do Brexit. Paris lá levou qualquer coisa, Amsterdão também, Dublin ficou com uns restos e a maior fatia, provavelmente, aterrará em Frankfurt.

Assim não vamos longe!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogenave.pt





Mosteiro da Cartuxa, Évora:

Vidas em clausura

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, Registo ERC - 111333

SOS VOZ AMIGA

Linha de prevenção do suicídio pode acabar

A linha SOS Voz Amiga está em risco de acabar porque tem de abandonar as instalações até ao final do ano e não tem capacidade financeira para arrendar um novo espaço em Lisboa, revelou o presidente do serviço.

A SOS Voz Amiga, a primeira linha telefónica em Portugal de prevenção do suicídio e de apoio a situações de sofrimento causadas pela solidão, ansiedade, depressão, foi criada a 09 de outubro de 1978, tendo atendido desde então 260 mil chamadas, situando-se nos últimos anos numa média de quatro mil chamadas anuais.

“Festejar 40 anos com esta iminência de fechar o serviço não é fácil”, afirmou em entrevista à agência Lusa o presidente da Linha SOS Voz Amiga, Francisco Paulino, explicando que o orçamento do serviço não permite arrendar um espaço em Lisboa.

A SOS Voz Amiga funcionou num “local ótimo durante mais de 30 anos” onde pagava uma renda simbólica. Quando a renda subiu para “valores incomportáveis” teve de abandonar as instalações e foi acolhida na Fundação São João de Deus.

“É neste espaço que estamos a enfrentar um problema que ultrapassa os responsáveis da Fundação, porque eles não são os proprietários, são apenas os concessionários”, contou Francisco Paulino, adiantando que estão “na contingência de ter de abandonar as instalações até ao final do ano”.

Sem apoios financeiros do Estado desde 2007 e com “o magro orçamento” do serviço, que vive das quotas dos sócios, de donativos e da consignação de 0,5% do IRS por parte dos contribuintes, é difícil encontrar uma alternativa.

“Dezembro está à porta e nós não temos uma solução”, porque “o tipo de rendas que se pratica em Lisboa não nos permite alugar este ou aquele espaço. Seria fácil, há muito espaço para alugar, nós é que não podemos”, lamentou Francisco Paulino.

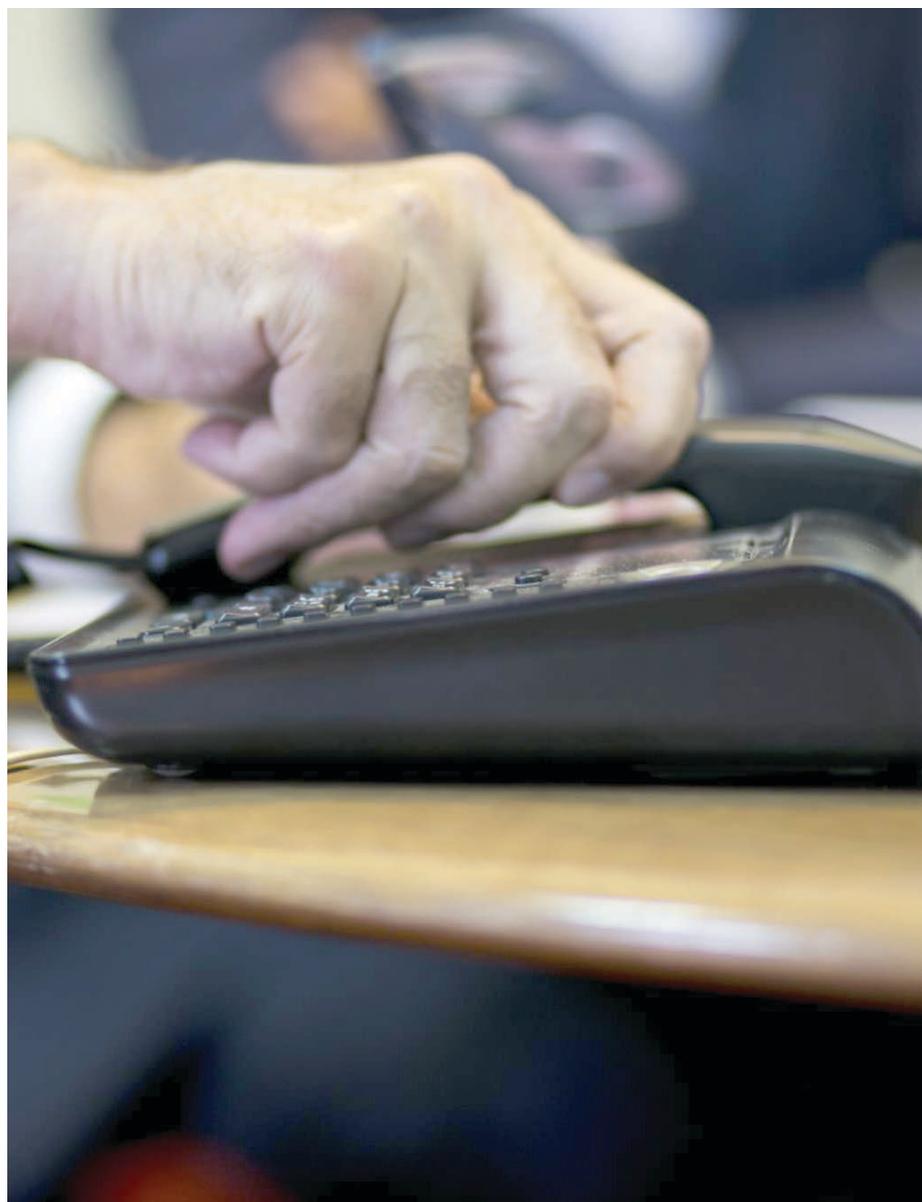
Para tentar ultrapassar o problema, os responsáveis pela Linha já “bateram a muitas portas”, tendo inclusive enviado um pedido ao primeiro-ministro, António Costa, no sentido de disponibilizar um espaço onde a Linha possa “condignamente continuar com a tarefa de ajuda à população”, que foi encaminhado

para os ministérios da Saúde e da Segurança Social.

“O pedido foi enviado há cerca de três meses e estamos à espera. Todos sabemos que têm um país para governar, mas nós, os voluntários, e as pessoas que ligam para cá também pertencem a este país, e acho que merecíamos um pouco mais de atenção porque este serviço é fundamental”, sendo reconhecido pelo Plano Nacional de Prevenção do Suicídio, salientou.

Nas vésperas de assinalar o aniversário do serviço, Francisco Paulino deixou um apelo: “Se alguém tiver um espaço que nos possa disponibilizar estará a fazer uma boa ação. Não é para nós, é para toda a população que precisa de ajuda e que nos procura há 40 anos”.

“O que pedimos é que seja um sítio com fácil acesso de transportes”, porque a maior parte dos voluntários utiliza este meio para se deslocar e atendendo ao horário dos turnos aos turnos que fazem, terminando quase sempre para além da meia-noite, ajudava bastante ser um sítio central, até por uma questão de segurança, acrescentou o presidente da Linha SOS Voz Amiga.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL